

O PCB e o Estigma da “Ameaça Vermelha”: o Discurso Anticomunista do Jornal Folha do Norte (1962-1965)

Angélica de Brito

Resumo: O Partido Comunista Brasileiro (PCB) conviveu ao longo de toda a sua história com o estigma da “ameaça vermelha”. Denominações como: “inimigos da pátria”, “tiranos vermelhos” e “soldados de Moscou” revelam a imagem que durante muito tempo foi sustentada pela mídia sobre os comunistas. É importante destacar que no Brasil tais representações antecederam a existência do próprio PCB. As primeiras notícias de caráter marcadamente anticomunista foram veiculadas pela imprensa nacional no contexto pós Revolução Russa de 1917. A formação do imaginário anticomunista no Brasil é um tema ainda pouco explorado, principalmente a nível regional. Levando-se em conta a dimensão que o fenômeno atingiu no nosso país e a destacada atuação da mídia nesse processo abre-se um leque de vastas possibilidades para o historiador. A grande quantidade de materiais impressos que veicularam conteúdo anticomunista revelam-se atualmente como uma rica fonte de pesquisa. Assim sendo, o objetivo deste trabalho consiste em analisar o discurso anticomunista do jornal “Folha do Norte do Paraná” que circulou por diversas cidades do interior do Estado entre 1962 e 1979, quando fechou suas portas. Dando maior ênfase aos elementos da história regional que ajudam a explicar a fundação do periódico de orientação católica na cidade de Maringá. O Partido Comunista Brasileiro estendeu sua atuação ao longo dos seus 70 anos de história (1922-1992) por todos os Estados do país, dentre eles o Paraná. Uma importante frente de luta encabeçada pelo partido em terras paranaenses foi o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Um campo de ação que possibilitou sua expansão por inúmeras cidades, no entanto, nesse processo o PC contou com uma poderosa e influente adversária, a Igreja Católica. A instituição que até então tinha se mantido omissa nas questões referentes aos problemas do campo, viu-se forçada a abandonar os discursos e críticas e partir para a ação. É no centro desse embate que se dá a criação do jornal “Folha do Norte” enquanto instrumento de difusão dos valores católicos na luta contra a “ameaça vermelha” representada no norte do Estado pela expansão dos sindicatos de orientação comunista. No entanto, não se pode desconsiderar a relevância de outros fatores que também fizeram parte desse processo, para tanto é primordial o resgate do contexto político nacional e internacional do início da década de 1960. Dada a própria natureza do objeto de estudo deste trabalho, um periódico de orientação cristã fundado por um bispo diocesano, torna-se necessário realizar uma análise mais detida sobre as características do anticomunismo de origem católica para se compreender todo o processo.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro, anticomunismo, Folha do Norte.

O PCB e a construção do estigma na “ameaça vermelha”

A formação do imaginário anticomunista no Brasil antecede a própria criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que ocorreu em 1922. As primeiras representações negativas a respeito do comunismo vieram a público logo após a revolução russa de 1917. O caráter de movimento social da revolução foi completamente apagado pela imprensa nacional, em seu lugar surgiram associações diretas com banditismo e subversão. Raras foram as reportagens que se dedicaram a discutir a teoria política do comunismo ou o que seria uma sociedade comunista.

Analisando publicações de diferentes jornais em diferentes períodos a autora Bethânia Mariani em sua obra “O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)” pode constatar uma determinada permanência de sentidos no que se refere a caracterização negativa do comunismo. De maneira geral, é definido como o oposto de qualquer idéia de ordem da civilização ocidental. Pelo contrário, ele corresponde a desordem moral, econômica, política e jurídica.

A negatividade atribuída aos comunistas aparece na grande maioria dos casos associada à crueldade, ao ateísmo e à amoralidade. “Agitador vermelho”, “blasfemos vermelhos”, “soldados de Moscou”, “elementos subversivos”, “empreiteiros da desordem”; “ameaça vermelha”, “credos sanguinários da Rússia vermelha”, “infecção comunista”, “jugo vermelho” são algumas das denominações dadas pelo discurso jornalístico aos comunistas e ao comunismo e que contribuíram para cristalizar uma determinada imagem no imaginário popular.

Não cabe a este trabalho a realização de uma análise minuciosa sobre a formação do imaginário anticomunista no Brasil, visto que já existem obras de grande fôlego que tratam do assunto. No entanto, é necessário se destacar alguns aspectos que nos ajudam a compreender a dimensão que o fenômeno atingiu no nosso país.

Um dos elementos centrais para se entender o processo de expansão de tais idéias foi denominado por Motta como “indústria do anticomunismo”. Tal expressão designa a exploração vantajosa do “perigo vermelho”, ou seja, a supervalorização da ameaça comunista para se auferir vantagens. Essa prática foi utilizada por diversos agentes e com diferentes objetivos, dentre eles o Estado, a imprensa, grupos políticos e até mesmo a Igreja. Em muitos casos o exagero a respeito do perigo comunista tinha por objetivo barrar o avanço de tal ideologia. A respeito das vantagens auferidas com essa prática, o autor destaca:

Os ganhos podiam ser políticos, na forma de votos, por exemplo, ou apoio popular a mediadas de governo; num sentido genérico, crescimento do prestígio de algumas instituições que se colocavam como campeãs na luta contra os “vermelhos”, como no caso da Igreja; e às vezes havia até ganhos pecuniários, quando alguns grupos extorquiam dinheiro dos segmentos sociais abastados a título de combaterem os comunistas (MOTTA, 2002, p.162).

O golpe de 1964 é um exemplo da atuação desse tipo de “indústria”, pois o anticomunismo foi utilizado como justificativa para uma intervenção autoritária na vida política nacional. Diversos grupos foram beneficiados com a instauração do regime militar, principalmente os que participaram da mobilização para desacreditar o governo Jango perante a opinião pública.

A utilização do rótulo “comunista” para desqualificar um adversário foi uma prática comum. Líderes políticos e candidatos eram os mais visados, no entanto, a categoria era extremamente ampla, abarcando qualquer indivíduo com inclinações esquerdistas.

A imagem de combatente anticomunista proporcionava um certo prestígio perante a sociedade, principalmente em momentos de medo mais intenso como o período que precedeu o golpe de 1964. Uma das instituições que se valeu dessa estratégia foi a Ação Integralista

Brasileira (AIB), seus veículos de imprensa apreçoavam intensamente a ameaça comunista. A Igreja Católica foi outra instituição que se beneficiou com o anticomunismo, segundo Motta:

O aumento do temor ao comunismo, nos anos de 1930, surgiu num momento em que a Igreja buscava reconquistar espaços perdidos desde o início da República. O advento republicano foi acompanhado de uma reação até certo ponto anticlerical, que contribuiu para a redução do papel social tradicionalmente ocupado pelas instituições católicas. A mobilização anticomunista contribuiu para que tal tendência de declínio fosse revertida (MOTTA, 2002, p.167).

É evidente que as representações á respeito do perigo comunista foram, muitas vezes, manipuladas e exageradas, no entanto, não se pode reduzi-las única e exclusivamente a sua faceta oportunista. Existia um fundo de verdade nessa ameaça, muitas pessoas temiam e recusavam o comunismo e tinham razões firmes para isso. É compreensível que católicos, liberais e nacionalistas repudiassem as idéias comunistas, já que estas representavam uma ameaça a seus valores tradicionais, daí aderirem ao combate por convicção.

Como adverte Motta, em relação à manipulação do imaginário anticomunista é preciso evitar generalizações, pois nem sempre é fácil distinguir motivações manipuladoras de realmente ideológicas. Ambas podem coexistir, ainda que em proporções variadas.

A expansão e consolidação das idéias anticomunistas não ocorreu apenas no Brasil, no entanto, no país o fenômeno adquiriu grande relevância. O historiador Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra “Em guarda contra o perigo vermelho” trabalha com a hipótese central, segundo a qual, “[...] o anticomunismo foi um dos principais argumentos, senão o principal, a justificar e a provocar as intervenções autoritárias mais significativas ocorridas no período republicano da história brasileira”(MOTTA, 2002, p.XXVI). O golpe civil militar de 1964 foi um destes conturbados momentos. No início da década de 1960 alguns setores da sociedade brasileira passaram a articular uma intensa campanha política e ideológica contra o governo e a esquerda, na qual o anticomunismo foi um elemento central.

O jornal Folha do Norte, objeto de análise deste trabalho, surgiu em meio a este contexto de ebulição política nacional. Assim sendo, torna-se imprescindível o resgate de alguns aspectos dessa importante conjuntura que nos ajudam a compreender alguns dos elementos que levaram a criação do periódico de orientação católica na cidade de Maringá.

A campanha anticomunista do início da década de 1960

No Brasil a intensidade das manifestações anticomunistas variou conforme a conjuntura histórica. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, os períodos de radicalização coincidiram com fases de crescimento do PCB e da esquerda em geral, porém tal fator não pode ser considerado isoladamente. Um desses períodos de maior intensidade da atuação anticomunista ocorreu no início da década de 1960 e foi determinante para o desfecho de uma conturbada situação que mergulhou o país em um regime ditatorial que se prolongaria por mais de duas décadas (1964-1985).

A formação dessa dada conjuntura ocorreu devido a fatores internos e externos. A América Latina que durante muito tempo foi considerada um cenário secundário nos embates da guerra fria tornou-se a principal preocupação dos Estados Unidos com a consolidação da Revolução Cubana de 1959. Cuba tornou-se o centro de irradiação do perigo comunista na América. Para barrar essa temida expansão o governo estadunidense passou a tomar medidas de cunho repressivo, fosse através de intensa vigilância, estímulo á propaganda anticomunista, e ajuda financeira aos países dispostos a cooperar no combate ao comunismo. A política da “Aliança para o Progresso” promovida pelos Estados Unidos é um exemplo claro desse tipo de estratégia.

Como fator interno podemos mencionar, dentre outras coisas, o crescimento das organizações de esquerda. A própria reestruturação do PCB, apesar do partido ainda estar na

ilegalidade no início da década de 1960 possuía fortes influências em movimentos populares, sindicatos e até mesmo no aparelho de Estado. Outras organizações de esquerda como a Ação Popular (AC), Organização Revolucionária Marxista Política Operária (POLOP) passaram a atrair novos segmentos da sociedade para suas fileiras. O crescimento da esquerda constatado nesse período acabou por despertar o receio das classes mais conservadoras.

Outro elemento a ser considerado foi caráter da política externa do governo de Jânio Quadros de aproximação com os países não alinhados com os EUA, o que gerou muitas críticas, principalmente dos setores mais conservadores da sociedade. Com a renúncia de Jânio estes grupos ficaram ainda mais preocupados, pois João Goulart, vice-presidente e líder da ala esquerdista do PTB, era conhecido pela sua proximidade com a esquerda.

A política externa do governo continuou sendo alvo de críticas e protestos anticomunistas. O reatamento das relações diplomáticas com a União Soviética em novembro de 1961 desencadeou uma forte reação, principalmente por que foi anunciado às vésperas da celebração em homenagem aos mortos na Intentona de 1935. No início de 1962 uma nova onda de protestos foi desencadeada quando o governo brasileiro se contrapôs aos Estados Unidos em relação a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Outro fator de extrema importância para se compreender a conjuntura política do início da década de 1960 e o seu desfecho no golpe civil militar de 1964 foi o surgimento de dezenas de organizações anticomunistas por todo o país. Segundo Motta, a maioria destes organismos constituiu experiências efêmeras cujo objetivo era aumentar artificialmente a agitação anticomunista, no entanto, nem todas podem ser classificadas como artificiais. Algumas delas já existiam antes desse período tais como: Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), Sociedade Brasileira de defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e o Movimento por um Mundo Cristão (MMC).

Estas organizações contribuíram para a formação de um ambiente de radicalização e polarização ideológica que preparou o terreno para o golpe de 1964. Diversas organizações anticomunistas femininas foram criadas no período. Se a participação de mulheres no cenário político nacional foi algo inovador o mesmo não pode ser dito das idéias defendidas por elas: defesa da família, religião e propriedade.

A participação do complexo IPES/IBAD foi determinante para a articulação da campanha política e ideológica que levou a derrubada do governo Jango e a instituição do regime militar. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) surgiu em 1959, tornou-se conhecido através da revista Ação Democrática, cujo discurso era marcadamente anticomunista. O objetivo principal do periódico, que era distribuído gratuitamente e com grande tiragem, era convencer principalmente as classes dominantes da iminência do perigo comunista e da necessidade de se organizar contra ele.

Já o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi criado em meados de 1961 por um grupo de empresários do Rio de Janeiro e São Paulo temerosos com o crescimento da esquerda durante o governo de João Goulart. As duas entidades mantinham um certo nível de cooperação e fomentaram a proliferação de organizações anticomunistas no período, fornecendo a elas suporte ideológico, político e financeiro. Segundo o historiador René Armand Dreifuss o complexo IPES/IBAD foi o grande responsável pela mobilização conjuntural que criou o “clima” propício para a intervenção dos militares.

A campanha anticomunista no período foi marcada pela realização de protestos, comícios, passeatas e pela intensificação das atividades de divulgação com o aumento da publicação de livros, folhetos, cartazes, etc. Diversos jornais conservadores passaram a veicular esse tipo de material através de encartes e fascículos. Todos os veículos de comunicação disponíveis foram utilizados para transmitir um discurso que visava desqualificar o governo Jango.

Um fenômeno que evidenciou claramente a dimensão da campanha ideológica travada no período foram as célebres “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”. Estas manifestações públicas de repúdio ao governo Jango e ao comunismo que ocorreram por todo o país a partir do final de março de 1964 e que contaram com ampla participação de diversos setores da sociedade revelam essa mobilização anticomunista foi bem sucedida.

A Igreja Católica, enquanto inimiga número um do comunismo participou ativamente do processo, no entanto, não com a mesma unanimidade interna da década de 1930, afinal, nem todos os religiosos partilhavam dessa concepção. A instituição nunca poupou forças no combate contra a “ameaça vermelha”, o jornal *Folha do Norte* é um exemplo claro dessa constatação. O periódico foi fundado pelo Bispo diocesano dom Jaime Luiz Coelho, cujo objetivo principal era barrar o avanço das idéias comunistas no interior do Estado.

Assim como no Paraná em outros Estados do país a Igreja tomou iniciativas semelhantes. As representações e práticas anticomunistas de origem católica apresentam características muito peculiares, que exigem deste trabalho uma análise um pouco mais detida, como será feito a seguir.

A igreja na batalha contra a “ameaça vermelha”: o anticomunismo de origem católica

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta é mais adequado falar em anticomunismos, pois trata-se de uma frente extremamente heterogênea que engloba diferentes grupos, cujo único ponto de união é o combate ao comunismo. Reacionários, conservadores, liberais, católicos e até mesmo esquerdistas fizeram parte dessa variada gama cujos métodos de combate à ameaça vermelha variavam tanto quanto sua orientação política e ideológica. Nesse sentido o autor desenvolve a idéia de que, grosso modo, as representações anticomunistas no Brasil provem de três matrizes básicas: catolicismo, nacionalismo e liberalismo.

Levando-se em conta a própria natureza do jornal “*Folha do Norte*” enquanto instrumento de difusão de idéias cristãs e anticomunistas é fundamental para este trabalho a realização de uma análise mais detida sobre o anticomunismo de origem católica. Ao longo da história a Igreja sempre enfrentou diversos inimigos numa batalha interminável do bem contra o mal, o comunismo foi apenas mais um deles.

Desde a segunda metade do século XIX a preocupação com o problema se fez presente no meio católico. Uma das primeiras referências condenatórias ao comunismo esteve presente na encíclica *Quanta Cura* de 1864, nela o comunismo é criticado por tentar eliminar a religião do ambiente familiar. Tal visão foi reafirmada em encíclicas posteriores. Em 1891, Leão XIII através da *Rerum Novarum* combate as soluções marxistas propostas para a questão social assim como conclama uma maior participação do Estado para impedir a exploração excessiva dos trabalhadores. Visto que as idéias socialistas pareciam florescer de maneira mais eficaz em meio à miséria e a exploração. Segundo Motta:

O despertar da hierarquia católica para o problema social e a conseqüente proposição de programas visando à “justiça social” decorreu fundamentalmente, embora não exclusivamente, da percepção de que os comunistas ameaçavam a cidadela católica (MOTTA, 2002, p.20).

As encíclicas tinham por objetivo transmitir aos bispos orientações doutrinárias e cabia a eles retransmitir estas informações através de cartas pastorais às dioceses de todo o país. Os padres por sua vez, deveriam retransmitir as orientações recebidas aos fiéis através de todos os meios disponíveis.

O combate católico ao comunismo não se restringiu ao espaço da Igreja, a campanha lançada pelos religiosos estava inserida em um processo mais amplo de tentativa de recuperar o espaço e a importância que a instituição vinha perdendo desde a proclamação da república. Nesse sentido a Igreja fomentou a criação de entidades religiosas para atrair a participação

dos leigos tais como: Ação Católica, Círculo Operários, congregações Marianas, Irmãos Vicentinos, dentre outras.

Segundo a historiadora Carla Simone Rodeghero em sua obra “O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)” o combate ao comunismo pregado pela Igreja Católica se insere num processo mais amplo de modernização, laicização e secularização da sociedade no qual a igreja adotou uma postura de oposição a grande parte destas transformações.

O pensamento moderno valoriza o indivíduo, a consciência, a atividade crítica em oposição às instituições, hierarquia e dogmas. As mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais que ocorreram ao longo do século XX foram acompanhadas pela emergência de novos valores que romperam com a estrutura da família patriarcal. A igreja não via com bons olhos essa transição para uma sociedade industrializada, urbana e profana na qual os valores religiosos se perderiam com facilidade.

A década de 1950 compreende um período de grandes transformações: deslocamento de grandes contingentes humanos do campo para as cidades, conquista de novos papéis sociais pelas mulheres, vigoroso desenvolvimento dos meios de comunicação no país, etc. Todas essas mudanças contribuíram para a consolidação do processo de secularização.

Os objetivos atribuídos aos comunistas eram resultado, em grande parte, das mudanças culturais que ocorriam no período tais como: o uso da pílula, diminuição do número de filhos, divórcio, discussão sobre o papel do Estado na educação, etc. No entanto, a concepção do comunismo como inimigo da sociedade acabou por povoar a mente da maioria das pessoas. Segundo Rodeghero:

A relação feita entre o laicismo e o comunismo justificava-se porque o primeiro, destruindo os valores espirituais, a autoridade da Igreja, e substituindo Deus pelo homem, preparava o caminho para a vitória do comunismo. Também era defendida a idéia de que o comunismo representava a última e mais recente etapa do laicismo, do ateísmo, do caminho que levaria á apostasia da Igreja, de Cristo e de Deus (RODEGHERO, 1998, p.69).

As estratégias de combate ao comunismo adotadas pela igreja no Brasil variaram conforme a conjuntura histórica . As representações anticomunistas de origem católica são caracterizadas por explorar a sensibilidade religiosa das pessoas e também seus medos. Uma prática corrente desse discurso era a “demonização” do comunismo, ou seja, a sua associação direta á figura do mal. Associada a essa pratica era comum também retratar os comunistas como figuras assustadoras e até mesmo não humanas. As ações e valores dos comunistas eram comparados com características de determinados animais considerados traiçoeiros, assustadores, repelentes e asquerosos. A iconografia anticomunista de origem católica traz inúmeros exemplos desse tipo de associação.

Na década de 1960 a influência católica diminuiu um pouco se comparada a década de 1930. Nessa conjuntura a Igreja havia passado por consideráveis transformações, surgiram tendências renovadoras com posições até mesmo esquerdistas no seio da instituição, um exemplo foi a Ação Popular (AP) criada em 1962. Muitos religiosos passaram a enxergar o comunismo como um problema secundário frente a miséria que assolava boa parte da população brasileira. Segundo Motta, não havia uma unidade na instituição a respeito do risco representado pelo governo Goulart.

Outra estratégia empregada pela Igreja no combate ao “perigo vermelho” foi a utilização do anticomunismo como arma eleitoral. Foram criadas por todo o país alianças eleitorais católicas que tinham por objetivo indicar a seus fiéis os candidatos mais adequados para serem votados. No Rio Grande do Sul não foi diferente.

Assim como no restante do país a acusação de “comunista” era freqüente durante a campanha e capaz denegrir a imagem de qualquer candidato. Logo o apoio da Liga Eleitoral Católica (LEC) era considerado de grande valia por todos que ambicionavam um mandato. Os

políticos envolvidos no pleito ao mesmo tempo que defendiam essa bandeira se utilizavam dela para incriminar seus adversários. Segundo a autora, o imaginário acabava por tentar determinar a ação dos eleitores:

A propaganda eleitoral pode ser entendida como representação e ação: ao mesmo tempo em que o anticomunismo é utilizado como filtro de explicação da realidade, pretende instigar os eleitores a um posicionamento, a uma adesão, a uma ação específica: o voto (RODEGHERO, 1998, p.103).

O “Jornal do Dia” e o “Correio Riograndense”, ambos pesquisados pela autora, funcionaram como instrumentos para esse tipo de acusação. Independentemente do posicionamento político e ideológico dos candidatos todos poderiam ser taxados de comunistas.

Os candidatos se esforçavam o máximo possível para mostrar que estavam de acordo com os princípios da LEC, afinal, a maior parte da população do Rio Grande do Sul era católica e segundo dados de 1955, na época 66% dos gaúchos viviam no meio rural, onde a influência da Igreja era mais forte. Antes de mais nada, ser católico e anticomunista eram virtudes fundamentais aos candidatos em qualquer parte do país.

Diante de todos estes métodos que foram expostos fica evidente que a Igreja Católica não poupou esforços para combater o comunismo. Afinal, aos olhos da instituição, a nova doutrina destruiria os pilares da civilização cristã: a religião, a propriedade e a família. No que não estavam totalmente desprovidos de razão se levamos em conta alguns dos pressupostos base do comunismo como a igualdade absoluta e negação da existência de Deus.

Enfim, vários dos elementos aqui expostos influenciaram diretamente na criação do jornal Folha do Norte. No entanto, como já foi mencionado o embate entre católicos e comunistas no norte do Paraná teve características muito peculiares. A ameaça vermelha estava corporificada na região no avanço da influência dos sindicatos rurais cujos diversos membros e líderes eram comunistas. Logo, compreender como essa estrutura foi montada e o seu papel no interior paranaense torna-se imprescindível para este trabalho.

O processo de sindicalização dos trabalhadores rurais no Paraná

O Partido Comunista Brasileiro estendeu sua atuação ao longo dos seus 70 anos de história (1922-1992) por todos os estados do país, dentre eles o Paraná. Na década de 1930 o PCB inicia no Estado uma trajetória marcada por muitas batalhas, passo a passo consolidando suas bases, conquistando espaço e influência junto aos movimentos sociais. Porém, os reveses da ilegalidade, o estigma da ameaça vermelha e a inimizade dos setores dominantes acompanharam o partido também em solo paranaense. Mas não impediram sua ascensão no meio sindical, tanto urbano como rural, e em diversas outras frentes de luta em defesa dos trabalhadores.

Com já foi mencionado uma importante frente de luta encabeçada pelo Partido Comunista no Paraná foi o processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Um campo de ação que possibilitou a expansão do partido por inúmeras cidades do Estado, no entanto, nesse processo o PC contou com uma poderosa e influente adversária, a Igreja Católica. É no centro desse embate que se dá a criação do jornal “Folha do Norte” enquanto instrumento de difusão dos valores católicos na luta contra o comunismo.

Um dos conturbados momentos de reviravolta política que marcou a história do partido ocorreu com a publicação dos manifestos de janeiro de 1948 e agosto de 1950. Basicamente tais documentos propunham um novo direcionamento para as ações comunistas no país, trazendo à tona a idéia de revolução agrária e antiimperialista. Neste contexto a massa camponesa foi revestida de um importante papel, ela seria um dos principais agentes que fariam eclodir a revolução inspirada no modelo chinês. Com a publicação do manifesto de

agosto de 1950 essa guinada a esquerda se consolida, a questão agrária e a organização das lutas camponesas ganham prioridade na pauta de discussões das reuniões do partido.

No Paraná não foi diferente, seguindo tais orientações militantes do partido passam a direcionar sua atuação para o meio rural. A guerra de Porecatú (1948-1952) retrata claramente uma tentativa desse tipo de inserção. Um conflito violento entre posseiros e fazendeiros que alegavam a posse das mesmas terras. Apesar dos posseiros terem ocupado a região desde o início da década de 1940 e ali constituído suas propriedades, desbravando as matas, plantando e colhendo ano após ano, suas terras foram loteadas e vendidas para grandes latifundiários. Os que se recusavam a sair eram vítimas de ameaças e violências tanto por parte de forças policiais como de jagunços contratados pelos compradores dos lotes.

Essa tensa situação gerou resistência por parte dos posseiros e a deflagração do conflito, um embate desigual e violento, cenário ideal para se por em prática as novas teorias lançadas pelo partido. Segundo Osvaldo Heller da Silva, “[...] o PCB escolheu Porecatu para testar na prática, sua virada ultra-esquerdista, expressa no manifesto de agosto de 1950” (SILVA, 1996, p.51).

Após anos de resistência e luta os posseiros e conseqüentemente os militantes comunistas foram derrotados pela força policial do governo, pondo fim ao conflito de Porecatu. No entanto, o que aparentemente foi uma experiência fracassada, e de certa forma o era, acabou se revelando a semente de um importante movimento de representação e defesa do trabalhador rural, responsável pela expansão da atuação comunista por todo o Estado.

Estes três anos de integração durante o conflito possibilitaram um certo grau de organização da população rural, foram criadas pequenas instituições com características sindicais denominadas ligas camponesas. Basicamente estes organismos reivindicavam melhores condições de vida para o homem do campo, melhor remuneração, direito a férias, contrato, dentre outros benefícios trabalhistas. Com a intervenção do governo e a violenta repressão aos posseiros as ligas praticamente se extinguíram, saíram de cena abrindo espaço para organizações realmente sindicais.

Acredita-se que os primeiros órgãos de caráter sindical surgiram a partir da década de 1950, as denominadas Uniões Gerais dos Trabalhadores criadas pelos militantes comunistas abrangiam tanto os trabalhadores das cidades como do campo. Com o passar do tempo as uniões existentes foram sendo gradativamente substituídas por sindicatos específicos de cada categoria, que supriam melhor suas respectivas necessidades. Londrina e Maringá foram os precursores desse movimento, ambas as cidades fundaram seus sindicatos no ano de 1956, dando início a uma conturbada trajetória na qual o PCB e a Igreja Católica serão os protagonistas, um processo que será abruptamente interrompido com o golpe civil militar de 1964.

A prosperidade destes organismos reflete a realidade de injustiça social e abandono a que estavam relegados os homens do campo. Com o advento dos sindicatos de orientação comunista a igreja Católica que até então tinha se mantido omissa nas questões referentes aos problemas do campo, viu-se forçada a abandonar os discursos e críticas e partir para a ação. O movimento católico encontrou respaldo e motivação com a publicação em 1961 da encíclica *Mater e Magistra* do Papa João XXIII. O tema central do documento gira em torno dos problemas sociais oriundos do desenvolvimento capitalista a serem superados. Assuntos como reforma agrária e a situação dos trabalhadores rurais também são discutidos, em contrapartida um dos pontos altos da encíclica é a defesa da propriedade privada, a condenação do comunismo e o apoio à formação de sindicatos de orientação cristã.

Os religiosos paranaenses seguiram a risca tais diretrizes, porém mais do que amenizar a crítica situação dos camponeses era preciso combater a “ameaça vermelha” que se alastrava pelo Paraná e por todo o território nacional. Neste sentido em 1961 é fundada a Frente Agrária Paranaense (FAP) um órgão sindical imbuído de deter o avanço dos sindicatos comunistas. O

então bispo de Maringá Dom Jaime Luís Coelho, Dom Geraldo Fernandes de Londrina, Dom Elizeu Simões de Campo Mourão e o padre Pedro Felipak de Jacarezinho são alguns dos principais idealizadores do organismo.

Uma organização com objetivos tão ambiciosos não poderia nascer no anonimato, era preciso uma solenidade digna da batalha a ser travada. O dia 13 de agosto foi escolhido para a cerimônia de fundação que consistiria em uma missa campal na praça da catedral de Maringá às 10 horas, churrasco e um desfile pelas principais avenidas a partir das 14 horas. Não por acaso naquele mesmo dia, hora e cidade estaria sendo realizado o 2º Congresso de Lavradores e Trabalhadores Rurais do Paraná, cujo objetivo central era a preparação dos trabalhadores paranaenses para o 1º congresso da UItab, que se realizaria no mês de novembro do mesmo ano em Belo Horizonte. A tensão era evidente, receio que viria se justificar com o violento desfecho do episódio.

Diversas personalidades do cenário político tanto estadual quanto nacional vieram prestigiar as duas solenidades. Convidados do 2º Congresso de Lavradores além de 2000 delegados de todo Paraná estiveram presentes o deputado Nestor Dutra, um representante do presidente da república e o famoso líder das ligas camponesas do nordeste Francisco Julião.

Segundo os religiosos da FAP mais de 10 mil pessoas compareceram as festividades do seu lançamento, assim como autoridades religiosas de todo estado. Os discursos proferidos na ocasião ficaram por conta dos mentores da organização e giravam em torno dos problemas enfrentados pelos trabalhadores e o caminho certo que estes deveriam seguir "do cumprimento da ordem, do respeito mútuo das leis de trabalho".

Como já era de se esperar não faltaram ataques diretos ao congresso comunista e principalmente a figura de Francisco Julião. Elaborando um discurso de total aversão aos comunistas, os religiosos mostravam-se como o único caminho para a resolução dos problemas que tanto castigavam a população rural. Segundo as palavras do próprio Dom Eliseu "não basta na hora presente, marcharmos lado a lado com os camponeses, chegou a hora de caminharmos na frente."

Devido aos ânimos exaltados o confronto se tornou inevitável, o alvo principal como não poderia deixar de ser era Francisco Julião. Desde sua chegada ao aeroporto foi perseguido por muitos dos participantes do evento católico, estudantes, congregados marianos e religiosos. Os protestos contra a realização do congresso "comunista" tomaram dimensões violentas, passando de uma manifestação "pacífica" á depredação pública e agressão física que resultou inevitavelmente no confronto com a polícia. Apesar dos esforços da Igreja o congresso se realizou dentro do previsto.

Com a criação da FAP se deu a entrada oficial da Igreja Católica na corrida pela sindicalização. A cerimônia de fundação da Frente Agrária Paranaense é apontada pelo autor Antonio Roberto de Paula como "o fator determinante" para a criação do jornal "Folha do Norte". Segundo ele:

Não foi por acaso que em setembro daquele ano dom Jaime tivesse decidido levar adiante seu projeto de fundar a *Folha do Norte do Paraná*. O episódio havia dado ao bispo a exata dimensão da força da Igreja Católica no interior do Estado e ao mesmo tempo carregava de tintas a iminência do perigo comunista (PAULA, 2011).

A criação de um jornal católico e de grande abrangência promoveria não só a integração das centenas de células católicas pertencentes às dioceses do norte do Paraná, mas também seria um instrumento valiosíssimo para a difusão de informações cristãs e anticomunistas.

O rápido crescimento dos sindicatos de orientação cristã se deve, em grande parte, aos serviços de assistência médica, educacional e jurídica que fornecia aos seus filiados. Apesar da luta entre comunistas e católicos permanecer acirrada os primeiros se encontravam na liderança. As vésperas do golpe de 1964 os cristãos só haviam fundado 46 sindicatos, dos

quais apenas 8 haviam sido reconhecidos pelo Ministério do Trabalho contra 86 criados pelo PCB dos quais boa parte já contava com registro legal.

Com o golpe de 1964 e a dura repressão desencadeada contra os militantes comunistas a situação mudou radicalmente. Com os comunistas fora do jogo a Igreja Católica enfim alcançou a tão almejada hegemonia no movimento sindical paranaense. No entanto, o seu principal objetivo fora alcançado, assim sua própria existência já não fazia mais tanto sentido. Devido as cordiais relações entre os religiosos paranaenses e os políticos de direita a FAP ainda estendeu sua vida útil até o ano de 1969.

Sob seu comando os sindicatos foram pouco a pouco perdendo sua identidade, tomando um rumo completamente diferente daquele para o qual foram criados. Segundo Silva, "O sindicato deixava de ser uma arma de conquista, para se transformar em um instrumento de alívio as insatisfações, atendendo por conta própria, quando possível, algumas carências pontuais" (SILVA, 2006:332). A ética cristã interferiu de tal forma no funcionamento desses organismos que passaram de representantes do trabalhador rural á extensões do governo.

Conclusão

A idéia do comunismo e dos comunistas como inimigos da sociedade brasileira foi intensamente alimentada pela imprensa ao longo dos anos através de jornais, revistas, livros, e uma imensa gama de materiais de contrapropaganda. Várias organizações funcionaram como centros emissores desse tipo de informação. A imprensa de referência carioca, como nos mostra a pesquisa de Bethania Mariani, através de suas publicações acarretou a consolidação de um sentido extremamente negativo em relação aos comunistas no imaginário de seus leitores.

Por sua vez a imprensa católica do Rio Grande do Sul, através de jornais distribuídos em suas paróquias e das próprias pregações de seus religiosos, cujo teor era marcadamente anticomunista, também contribuiu para que se constituísse no imaginário popular da região uma imagem demoníaca do comunismo.

Apesar de ter sido objeto e alvo do discurso jornalístico ao longo de toda a sua existência, raras foram as ocasiões em que o Partido Comunista brasileiro teve voz. Os sentidos que foram construídos a seu respeito, na maioria das vezes seguindo uma orientação extremamente tendenciosa, não permitiu que viesse a tona a sua versão dos fatos, como se essa não existisse. A voz do partido se limitou a circulação da sua própria imprensa, que atingia predominantemente filiados e simpatizantes.

Os diversos grupos anticomunistas responsáveis por veicular, das mais diversas formas, tais informações agiram como foi demonstrado por interesses distintos. No entanto, as conseqüências para os elementos que se enquadravam na designação "comunista" foram irreversíveis. O estigma da "ameaça vermelha" se consolidou na sociedade brasileira de tal forma que resiste a ação do tempo, não é difícil encontrar associações pejorativas em relação ao comunismo até mesmo atualmente.

A criação do jornal Folha do Norte envolveu diversos fatores, o anticomunismo de origem católica, o contexto político nacional do início da década de 1960, e a luta contra a expansão dos sindicatos rurais de orientação comunista. Precisar o grau de influência de cada um destes elementos exige um trabalho de maior fôlego, que pretendo desenvolver numa pós-graduação. A formação do imaginário anticomunista a nível regional é um tema ainda pouco explorado, que oferece diversas e enriquecedoras oportunidades de pesquisa. Portanto, o objetivo deste trabalho, antes de mais nada, consiste em esclarecer aspectos da história de Maringá e do norte do Estado que se encontram gravados nas páginas, por muito tempo esquecidas, do jornal Folha do Norte.

Referências Bibliográficas

ALVARENGA, S. C. A. *A atuação da Igreja Católica no processo de organização dos sindicatos de trabalhadores rurais do norte do Paraná 1960-1969: o caso da Frente Agrária Paranaense*. Maringá, 2008. Dissertação (Programa de Pós-graduação em História – Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

CODATO, A. KIELLER, M. *Velhos Vermelhos*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAMCHETTI, Claudinéia Justino. *Páginas de intolerância política: a guerra psicológica contra o monstro vermelho na revista Lei e Policia (1948 – 1950)*. Maringá, 2008. 153 p. Tese (Mestrado em História) – UEM.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “perigo vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PAULA, Antonio Roberto de. *O jornal do Bispo: a história da Folha do Norte do Paraná*. Disponível em: < <http://jornaldobispo.blogspot.com/>>. Acesso em: 28 jul, 2011.

PRIORI, Ângelo. *O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964*. Maringá: Eduem, 1996.

PRIORI, Angelo. *A revolta camponesa de Porecatú: a luta pela defesa da terra camponesa e a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo (1942-1952)*. Assis, 2000. Tese (Doutorado em História) UNESP.

RODEGHERO, Carla Simone. *O diabo é vermelho: imaginário anticomunista e Igreja católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)*. Passo Fundo: Ediuf, 1998.

SILVA, O. H. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba: Rosa de Bassi, 1996.